

# PERCEPÇÕES DOS DOCENTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO BRASIL SOBRE A ADOÇÃO DAS IFRS NO PAÍS

## RESUMO

O processo de convergência das normas contábeis locais às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) tem sido objeto de interesse de profissionais e acadêmicos, contudo ainda existem barreiras no processo de conhecimento, compreensão e formação de profissionais capacitados. Sendo assim, o objetivo deste estudo é relacionar a percepção dos docentes que trabalharam com disciplinas concernentes à Contabilidade Internacional, nos últimos cinco anos, com a percepção dos docentes que não trabalharam com tais disciplinas, no que diz respeito à adoção das IFRS no Brasil. Para verificar se o fato de os professores terem ministrado ou não disciplinas inerentes à Contabilidade Internacional influenciava nas respostas observadas, usou-se o teste Qui-quadrado (Teste  $\chi^2$ ). Os resultados evidenciaram que a maior parte dos respondentes concorda parcial ou totalmente que a adoção das IFRS pode ser benéfica para a contabilidade brasileira e que os benefícios desta adoção poderiam superar os seus custos, mas que os contabilistas no Brasil não estariam preparados para trabalhar neste processo. O aumento da comparabilidade da informação contábil é o principal benefício apontado pelos respondentes e a universidade é a grande responsável pela capacitação dos profissionais brasileiros. Não obstante, constatou-se que as percepções dos dois grupos de docentes estudados não são estatisticamente diferentes. O trabalho limitou-se pelo tamanho da amostra e, portanto, sugere-se que novos estudos utilizem um número maior de docentes e identifiquem percepções mais completas, como a necessidade de manter os BR GAAP paralelos a adoção das IFRS no Brasil.

**Palavras-chave: Docentes; IFRS; Convergência Contábil.**

## 1. INTRODUÇÃO

A crescente necessidade de amenizar as diferenças contábeis e promover maior comparabilidade entre as demonstrações financeiras apresentadas pelos países permeia a atenção dos estudos, enquadrados na área denominada de contabilidade internacional, que possuem o intuito de alcançar a convergência e solucionar as dificuldades decorrentes das divergências causadas pelos díspares modelos contábeis detectados no mundo (MUELLER, GERNON, MEEK, 1997; WEFFORT, 2005; NIYAMA, 2006).

Afinal, essa diversidade de padrões pode ser uma barreira considerável no fluxo de capitais entre os países, uma vez que, para analisar de forma correta um investimento no exterior, os investidores necessitam modificar as demonstrações financeiras, preparadas sob um padrão contábil estrangeiro, para deixá-las em conformidade com os padrões contábeis de seus países (HAVERTY, 2006).

Dessa forma, a convergência das normas contábeis tem sido o objetivo de muitos profissionais da área e objeto de estudo de acadêmicos que buscam identificar as direções das pesquisas inerentes à contabilidade internacional e efetuar investigações de como estas pesquisas procederão diante dos acontecimentos no cenário mundial (BAKER; BARBU, 2007).

Na visão de Weffort, Vanzo e Oliveira (2005), diante do processo de convergência contábil, o professor das disciplinas do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, principalmente o docente da contabilidade internacional, tem o papel de desenvolver

conhecimentos e habilidades que possibilitem que os novos profissionais dessa área atendam às expectativas de um mercado de trabalho globalizado e em constante mudança.

Ainda no que concerne à docência no ensino superior, Fernandes *et al* (2010) estudaram, dentre outras variáveis, se a disciplina que o professor ministrava influenciava em suas respostas, como, por exemplo, se os professores que ensinavam Teoria da Contabilidade ou Auditoria poderiam ter uma compreensão melhor sobre o processo de convergência do que os professores que trabalhavam com Finanças ou com Contabilidade Gerencial.

Sendo assim, diante das mudanças pertinentes à convergência contábil e do papel dos docentes diante desse novo processo, suscita-se a curiosidade sobre as percepções dos professores que exercem a docência em áreas distintas da contabilidade sobre os impactos da adoção das normas internacionais no contexto brasileiro.

Em face dessas considerações, este trabalho buscou responder à seguinte questão: *Quais são as percepções dos docentes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis das Universidades Federais do Brasil, que já ministraram disciplinas concernentes à Contabilidade Internacional e dos que não ministraram, em relação à adoção das IFRS no país?*

O objetivo geral deste trabalho, portanto, é relacionar a percepção dos docentes que trabalharam com disciplinas inerentes à Contabilidade Internacional, nos últimos cinco anos, com a percepção dos docentes que não trabalharam com tais disciplinas, no que diz respeito à adoção das IFRS no Brasil. O trabalho se enquadra como descritivo, com uma abordagem quantitativa.

No que concerne aos objetivos específicos, a proposta da pesquisa é:

- 1) delimitar a amostra com base na disponibilidade de endereços eletrônicos dos professores, das universidades federais;
- 2) enviar o questionário eletrônico aos docentes identificados na etapa anterior;
- 3) separar os docentes em dois grupos no que diz respeito ao ensino ou não de disciplinas referentes à Contabilidade Internacional nos últimos cinco anos;
- 4) identificar, por meio do questionário, a percepção de professores do ensino superior de ensino contábil sobre a adoção das IFRS no país; e
- 5) verificar se o fato de os professores terem ensinado ou não as disciplinas referidas no tópico 3 acima influencia nas respostas obtidas no questionário.

Este artigo apresenta cinco seções. Após a introdução, a segunda seção aborda a origem e objetivos do IASB, bem como os aspectos da convergência contábil e da adoção das IFRS no mundo, enquanto a terceira seção trata dos procedimentos metodológicos. Na quarta e quinta seções, são apresentadas, respectivamente, as análises e considerações finais sobre o assunto.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### ***2.1 International Accounting Standards Board – IASB***

Para o processo de convergência dos diversos procedimentos contábeis adotados no mundo, faz-se necessária a adoção das IFRS (*International Financial Reporting Standards*)

ou dos seus predecessores IAS (*International Association Standards*), que são as normas publicadas pelo IASB.

Conforme Oliveira *et al* (2008), o IASB foi precedido pelo IASC (*International Accounting Standards Committee*), sendo que este foi fundado em 1973 e emitiu, até o final de 2006, o total de 41 IAS.

A reestruturação do IASC, com fim em 2001, resultou na formação do IASB, órgão independente, que tem o intuito de elaborar e publicar as IFRS, além de organizar um conjunto internacional de normas de contabilidade que direcione o processo de convergência contábil (IASB, 2010).

Especificamente, o IASB tem os seguintes objetivos: desenvolver, no interesse público, um conjunto unificado de normas contábeis globais de alta qualidade, inteligíveis, exequíveis e comparáveis nas demonstrações contábeis e em outros relatórios financeiros; promover o uso e a aplicação rigorosa dessas normas; levar em consideração as necessidades pertinentes aos relatórios financeiros das economias emergentes e das pequenas e médias empresas; e promover a convergência entre as normas contábeis locais e as Normas Internacionais de Contabilidade (IASB, 2010).

Destarte, o IASB é um órgão que efetivamente está conseguindo dar prosseguimento à questão da convergência contábil desenvolvendo e promovendo o uso das normas internacionais de contabilidade, dada a quantidade atual de países que já adotam as IFRS ou estão em processo de adoção, como é o caso do Brasil.

## **2.2 Convergência contábil**

O ambiente que permeia os negócios internacionais exige a promoção da convergência das normas contábeis, pois, em função da globalização e da eficiência na comunicação, diversos usuários da informação contábil acessam facilmente as demonstrações financeiras das empresas de variados países e possuem dificuldades no momento de suas utilizações, pois tais demonstrações são, geralmente, elaboradas com diferentes tratamentos contábeis. Sendo assim, existe a necessidade da apresentação de demonstrações financeiras comparáveis e transparentes que transmitam, da melhor forma, as informações aos usuários interessados (JOSHI; BREMSER; AL-AJMI, 2008).

No contexto da disparidade entre as normas dos países, Mueller, Gernon e Meek (1997) apontam alguns motivos para sua origem, como: a relação entre os negócios e os fornecedores de capital; a proximidade política e econômica com outros países; o sistema legal; os níveis de inflação; o tamanho e a complexidade das companhias; o nível de sofisticação da administração e da comunidade financeira; bem como o grau geral de educação e a cultura existente em cada país.

Weffort (2005), por sua vez, expõe a sua visão ao afirmar que as divergências contábeis entre os países podem ser explicadas pela análise das particularidades e necessidades dos usuários das demonstrações financeiras, das características das pessoas que as preparam, dos modos pelos quais se pode organizar a sociedade na qual o modelo contábil se reflete, dos aspectos culturais, e de outros fatores externos.

Chairas e Radianto (2001) *apud* Lemes e Carvalho (2004) discorrem que, dentre as vantagens da convergência contábil, podem-se destacar a comparabilidade e a compreensão da informação contábil internacional, o tempo e o dinheiro economizados na consolidação de diferentes informações financeiras, a ampla disseminação de práticas e normas contábeis de alta qualidade, a provisão de baixos custos financeiros na elaboração e adoção dos padrões contábeis para países de limitados recursos financeiros e a remoção de barreiras ao fluxo de capitais internacionais.

Observa-se, assim, que cada vez mais as vantagens têm superado as desvantagens na adoção de um único modelo contábil.

### **2.3 Adoção das IFRS pelos países**

Em junho de 2002, o Parlamento Europeu determinou que, a partir de 2005, as companhias abertas de seus países deveriam elaborar as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS. Assim, as empresas que possuíssem ações em bolsas de valores dos países da União Europeia preparariam as demonstrações comparativas consolidadas para o exercício de 2004 e contabilizariam todas as transações de 2005 com base nas IFRS, no intuito de apresentar as demonstrações contábeis de 2005, publicadas no ano de 2006, em conformidade com as normas internacionais (LARSON; STREET, 2006).

Essa decisão desencadeou uma série de debates promovidos pelo IASB, resultando em ações, como a emissão de quinze normas revisadas e uma nova norma, a IFRS 1 (Primeira Adoção das IFRS), em dezembro de 2003.

Segundo Lemes e Carvalho (2010), no fim do ano de 2009, podia-se observar aproximadamente 150 países no mundo que exigiam ou aceitavam as normas IFRS para a preparação de demonstrações financeiras, sendo que alguns permitiam que as normas internacionais substituíssem as normas contábeis vigentes no país e outros que as aceitavam apenas como complemento à legislação predominante.

No Brasil, a contabilidade é regulamentada por órgãos do governo sendo que, dentre os principais, destacam-se a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Central do Brasil (BACEN), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A CVM aprovou em 13 de julho de 2007, a Instrução nº 457, que tornou obrigatória a adoção das normas IFRS nas demonstrações consolidadas das empresas brasileiras de capital aberto, a partir do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, com o intuito de tornar as informações comparáveis, com transparência e confiabilidade, além de promover a acessibilidade ao mercado global de capitais (CVM, 2010).

O BACEN também decidiu, em seu comunicado nº 14.259 de 10 de Março de 2006, que a adoção de procedimentos para elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas em consonância com os pronunciamentos do IASB, deveria ser efetuada a partir de 31 de dezembro de 2010. Da mesma forma, a SUSEP, em sua Circular SUSEP nº 357, de 26 de dezembro de 2007, procurou identificar as necessidades do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade específicas às sociedades seguradoras, e adotar os procedimentos para a elaboração e publicação das demonstrações financeiras consolidadas para que, até o exercício findo em 2010, estivessem em consonância com as IFRS.

O CPC foi criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, mediante a união das seguintes entidades: Associação Brasileira de Companhias Abertas (ABRASCA); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL); Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA); Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI); e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). O objetivo desse órgão é estudar, preparar e emitir os Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade, além de divulgar informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (CPC, 2010).

Sendo assim, percebe-se que diversos países, inclusive o Brasil, têm direcionado esforços e estabelecido datas para a adoção das normas contábeis internacionais, no intuito de, dentre outras coisas, fornecer informações financeiras comparáveis, transparentes e confiáveis, bem como ter maior acesso ao mercado global de capitais.

### **3. ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Para Selltiz *et al.* (1967), as pesquisas descritivas, como a realizada no presente estudo, envolvem a apresentação das características de uma situação, grupo, ou indivíduo em específico. Não obstante, Andrade (2004) afirma que tais pesquisas abrangem a observação, o registro, a análise, a classificação e a interpretação do que se pesquisa, sendo mantida a imparcialidade do pesquisador e a não interferência no objeto estudado.

No que concerne à abordagem do problema, o estudo é classificado como quantitativo, pois esta abordagem busca “quantificar opiniões, dados, nas formas de coleta de informações, assim como com o emprego de recursos e técnicas estatísticas” (OLIVEIRA, 2001, p.115).

No caso do presente estudo, houve a consulta ao sítio do Ministério da Educação (MEC) para identificar as universidades federais brasileiras que possuem cursos de graduação em Ciências Contábeis, sendo que, da população de 47 universidades encontradas, a amostra é composta de apenas 8 universidades que disponibilizavam os endereços eletrônicos de seus docentes em seus sítios.

O questionário ficou disponível aos respondentes no período de 01 de Outubro de 2010 a 12 de Outubro de 2010. O acesso ao questionário foi enviado para 176 professores, sendo que 46 destes participaram da pesquisa, o que corresponde a uma taxa de respostas de 26,13%.

O questionário foi composto por dozes questões, sendo que três referiam-se ao perfil dos respondentes, uma requeria que os respondentes enumerassem os benefícios da adoção das IFRS de acordo com o nível de relevância, uma solicitava a enumeração dos maiores responsáveis pela formação dos contabilistas que atuariam no processo de adoção das IFRS e sete abordavam a concordância ou não com determinadas afirmações, por meio da Escala *Likert*, com a variação entre discordo totalmente, discordo parcialmente, neutro, concordo parcialmente e concordo totalmente, conforme Apêndice A.

Para a análise dos dados, usou-se a estatística descritiva. Especificamente, para verificar se o fato de o professor ter lecionado disciplinas afins à Contabilidade Internacional,

nos últimos cinco anos, influenciaria as respostas da pesquisa, utilizou-se o teste Qui-quadrado (Teste  $\chi^2$ ). Para Maroco (2003), esse teste avalia se duas ou mais amostras independentes diferem relativamente em determinada característica ou, em outras palavras, se a frequência com que os elementos de uma amostra são divididos pelas classes de uma variável nominal categorizada é ou não idêntica.

Baseado no problema de pesquisa, estabelece-se que:

$H_0$  = As percepções dos professores que lecionaram disciplinas concernentes à Contabilidade Internacional, nos últimos cinco anos, diferem relativamente das percepções dos professores que não lecionaram.

$H_1$  = As percepções dos professores que lecionaram disciplinas concernentes à Contabilidade Internacional, nos últimos cinco anos, não diferem relativamente das percepções dos professores que não lecionaram.

As hipóteses estabelecidas fundamentaram-se no fato de que os professores que não trabalharam, nos últimos cinco anos, com conteúdos correlatos à Contabilidade Internacional poderiam ter percepções diferentes daqueles que trabalharam. Em outras palavras, supôs-se que os docentes que não estavam acompanhando mais proximamente o processo de convergência promovido pelo IASB poderiam ser mais céticos quanto à efetividade de sua adoção.

## **4. ANÁLISE DOS DADOS**

### **4.1 Perfil dos respondentes**

De acordo com a Tabela 1, dos 176 questionários enviados, 130 (73,86%) foram enviados para homens e 46 (26,14%) foram enviados para mulheres. Dos 46 professores que responderam às perguntas, 13 (28,3%) eram mulheres e 33 (71,7%) eram homens. Além disso, do total dos respondentes, 4 (8,7%) eram especialistas, 28 (60,9%) mestres e 14 (30,4%) doutores. Sendo assim, a maioria dos professores respondentes possuía, como maior titulação, o mestrado.

No que concerne aos estados do Brasil em que os professores da amostra exerciam as suas funções, observou-se que 3 (6,5%) trabalhavam em universidades da Bahia, 6 (13%) do Espírito Santo, 6 (13%) de Goiás, 10 (21,7%) de Minas Gerais, 3 (6,5%) da Paraíba, 9 (19,6%) do Rio Grande do Norte, 8 (17,4%) de Santa Catarina e apenas 1 professor (2,2%) não especificou em qual estado trabalha. Desta forma, as universidades dos estados de Minas Gerais, do Rio Grande do Norte e de Santa Catarina foram as que evidenciaram maior representatividade nesta pesquisa.

Ainda por meio da análise da Tabela 1, percebeu-se que 15 professores (32,61%) possuíam experiência na atividade docente entre 6 e 10 anos, 10 (21,74%) entre 16 e 20 anos, 9 (19,57%) entre 1 e 5 anos, 6 (13,04%) entre 11 e 15 anos e 6 professores (13,4%) eram os mais experientes na docência com mais de 20 anos de atuação na área.

Tabela 1: Perfil dos Respondentes

<b>Perfil dos respondentes</b>				
		<b>Frequência</b>	<b>Percentual de respostas</b>	<b>Percentual de envio de questionários</b>
<b>Sexo</b>	Feminino	13	28,3	26,14
	Masculino	33	71,7	73,86
	<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Estado</b>	Bahia	3	6,5	11,93
	Espírito Santo	6	13	9,66
	Goiás	6	13	5,68
	Minas Gerais	10	21,7	17,61
	Paraíba	3	6,5	12,50
	Rio Grande do Norte	9	19,6	22,16
	Santa Catarina	8	17,4	20,45
	Não informado	1	2,2	-
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	
<b>Titulação</b>	Especialização	4	8,7	
	Mestrado	28	60,9	
	Doutorado	14	30,4	
	<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	
<b>Experiência</b>	1 a 5 anos	9	19,57	
	6 a 10 anos	15	32,61	
	11 a 15 anos	6	13,04	
	16 a 20 anos	10	21,74	
	Mais de 20 anos	6	13,04	
	<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	

Com relação à Tabela 2, a seguir, observou-se que dos professores respondentes, 14 (30,43%) já lecionaram disciplinas relacionadas à Contabilidade Internacional nos últimos cinco anos, enquanto 32 (69,57%) não lecionaram. Este fato denota que a maior parte dos respondentes afirmou que não trabalha com disciplinas que discutem assuntos relacionados à Contabilidade Internacional.

Tabela 2: Atuação docente em disciplinas relacionadas à Contabilidade Internacional

<b>Atuação docente em disciplinas relacionadas à Contab. Internacional</b>		
	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Sim	14	30,43
Não	32	69,57
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>100</b>

## 4.2 Grau de concordância em relação à adoção das IFRS no Brasil

A primeira questão para análise, nesta seção, diz respeito ao grau de concordância/discordância com relação à utilização das IFRS ser benéfica para a

contabilidade brasileira. Na Tabela 3, observa-se que, dos 46 professores que participaram do estudo, 4 (8,7%) discordaram parcialmente da afirmação, 20 (43,48%) concordaram totalmente com a afirmação e 22 (47,83%) parcialmente.

Tabela 3: Adoção das IFRS como um objetivo benéfico para a Contabilidade do Brasil

Afirmativa: A adoção das IFRS é um objetivo benéfico para a Contabilidade do Brasil.						
Docência em Contabilidade Internacional		Discordo parcialmente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Total	
Sim	Frequência	1	6	7	14	
	Frequência esperada	1	7	6	14	
	<b>Percentual do Total</b>	<b>2,17</b>	<b>13,04</b>	<b>15,22</b>	<b>30,43</b>	
Não	Frequência	3	16	13	32	
	Frequência esperada	3	15	14	32	
	<b>Percentual do Total</b>	<b>6,52</b>	<b>34,78</b>	<b>28,26</b>	<b>69,57</b>	
Total	Frequência	4	22	20	46	
	Frequência esperada	4	22	20	46	
	<b>Percentual do Total</b>	<b>8,70</b>	<b>47,83</b>	<b>43,48</b>	<b>100,00</b>	
Qui-quadrado			0,3566			
Nível de significância			0,8367			

Os dados da Tabela 3 também evidenciam que apenas 4 professores discordaram, de alguma forma, da afirmativa, sendo que destes, 3 não tiveram contato profissional com disciplinas relacionadas à Contabilidade Internacional. Diante do  $p$ -value do teste  $\chi^2$  (0,8367), pode-se rejeitar a  $H_0$  e aceitar que a percepção dos professores que não lecionavam disciplinas relacionadas à Contabilidade Internacional, no que diz respeito a essa afirmativa, não difere estatisticamente da percepção dos professores que tiveram atividade docente relacionada ao tema estudado.

A questão seguinte, dizia respeito ao grau de concordância/discordância em relação a possibilidade de adoção de todas as IFRS no Brasil. Observa-se, na Tabela 4, que 1 professor (2,17%) discordava totalmente, 2 (4,35%), discordaram parcialmente, 1 (2,17%) manteve-se neutro, 31 (67,39%) concordaram parcialmente e 11 (23,91%) concordaram totalmente com a afirmação. Além disso, assim como ocorreu na afirmativa anterior, é possível constatar que a percepção dos professores que não lecionaram disciplinas relacionadas à Contabilidade Internacional e a dos que lecionaram não diferia estatisticamente ( $p$ -value do teste  $\chi^2$  igual a 0,5661).

Tabela 4: A adoção das IFRS como um objetivo possível de ser realizado no Brasil

Afirmativa: A adoção de todas as IFRS é um objetivo possível de ser realizado no Brasil							
Docência em Contabilidade Internacional		Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Neutro	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Total
Sim	Frequência	0	0	0	9	5	14
	Frequência esperada	0	1	0	9	3	14
	<b>Percentual do Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19,57</b>	<b>10,87</b>	<b>30,43</b>
Não	Frequência	1	2	1	22	6	32
	Frequência esperada	1	1	1	22	8	32
	<b>Percentual do Total</b>	<b>2,17</b>	<b>4,35</b>	<b>2,17</b>	<b>47,83</b>	<b>13,04</b>	<b>69,57</b>
Total	Frequência	1	2	1	31	11	46
	Frequência esperada	1	2	1	31	11	46
	<b>Percentual do Total</b>	<b>2,17</b>	<b>4,35</b>	<b>2,17</b>	<b>67,39</b>	<b>23,91</b>	<b>100,00</b>
Qui-quadrado			2,9509				
Nível de significância			0,5661				

A terceira questão abordada referiu-se à opinião dos professores quanto à existência de obstáculos culturais, econômicos, políticos ou sociais para a adoção das IFRS no Brasil. Por meio da análise da Tabela 5, constata-se que 25 professores (54,35%) concordaram parcialmente com esta afirmativa, 10 (21,74%) concordaram totalmente e 7 (15,22%) discordaram parcialmente. Alguns professores (4,35%) eram neutros em relação à afirmativa,

e 2 (4,35%) discordaram totalmente de que existem obstáculos de magnitude que impeçam ou atrapalhem a adoção das IFRS no país.

Tabela 5: Obstáculos para a adoção das IFRS no Brasil

<b>Afirmativa: Existem grandes obstáculos culturais, econômicos, políticos ou sociais para a adoção das IFRS no Brasil</b>							
Docência em Contabilidade Internacional		Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Neutro	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Total
Sim	Frequência	1	2	0	9	2	14
	Frequência esperada	1	2	1	8	3	14
	<b>Percentual do Total</b>	<b>2,17</b>	<b>4,35</b>	<b>0,00</b>	<b>19,57</b>	<b>4,35</b>	<b>30,43</b>
Não	Frequência	1	5	2	16	8	32
	Frequência esperada	1	5	1	17	7	32
	<b>Percentual do Total</b>	<b>2,17</b>	<b>10,87</b>	<b>4,35</b>	<b>34,78</b>	<b>17,39</b>	<b>69,57</b>
Total	Frequência	2	7	2	25	10	46
	Frequência esperada	2	7	2	25	10	46
	<b>Percentual do Total</b>	<b>4,35</b>	<b>15,22</b>	<b>4,35</b>	<b>54,35</b>	<b>21,74</b>	<b>100,00</b>
Qui-quadrado				2,1280			
Nível de significância				0,7120			

Em consonância com as outras afirmativas, notou-se que a percepção dos professores que não atuaram com disciplinas relacionadas à Contabilidade Internacional não diferiu estatisticamente da percepção dos professores que possuíam experiência com as referidas disciplinas, uma vez que o *p-value* do teste  $\chi^2$  é igual a 0,7120.

A quarta questão referiu-se à análise da percepção dos docentes no que concerne aos benefícios da adoção das normas internacionais pela contabilidade nacional. Com base na Tabela 6, constata-se que 26 docentes (56,52%) concordaram parcialmente com o fato de que os benefícios poderiam superar os custos com o processo de adoção das IFRS, que 7 (15,22%) discordaram parcialmente, que 6 (13,04%) concordaram totalmente e que a mesma quantidade de professores (13,04%) apresentou neutralidade quanto a esta afirmativa. Além disso, observa-se que apenas 1 respondente (2,17%) discordou totalmente e indicou acreditar que os custos para o processo de adoção das IFRS seriam maiores do que os benefícios resultantes da utilização das normas. O *p-value* do teste  $\chi^2$  (0,1142) corrobora o comportamento detectado nas outras três afirmativas de que a percepção de ambos os grupos de docentes não é relativamente diferente.

Tabela 6: Benefícios da adoção das IFRS maiores que os custos

<b>Afirmativa: A adoção das IFRS resultaria em benefícios para as empresas brasileiras que poderiam superar os seus custos referentes à capacitação de funcionários e/ou à contratação de profissionais para o processo de adoção das IFRS.</b>							
Docência em Contabilidade Internacional		Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Neutro	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Total
Sim	Frequência	0	3	0	7	4	14
	Frequência esperada	0	2	2	8	2	14
	<b>Percentual do Total</b>	<b>0,00</b>	<b>6,52</b>	<b>0,00</b>	<b>15,22</b>	<b>8,70</b>	<b>30,43</b>
Não	Frequência	1	4	6	19	2	32
	Frequência esperada	1	5	4	18	4	32
	<b>Percentual do Total</b>	<b>2,17</b>	<b>8,70</b>	<b>13,04</b>	<b>41,30</b>	<b>4,35</b>	<b>69,57</b>
Total	Frequência	1	7	6	26	6	46
	Frequência esperada	1	7	6	26	6	46
	<b>Percentual do Total</b>	<b>2,17</b>	<b>15,22</b>	<b>13,04</b>	<b>56,52</b>	<b>13,04</b>	<b>100,00</b>
Qui-quadrado				7,4440			
Nível de significância				0,1142			

Quando solicitados a informar o grau de concordância com relação à aptidão dos contabilistas do Brasil para trabalhar no processo de adoção das normas internacionais, detectou-se, na Tabela 7, que 22 professores (47,83%) discordaram parcialmente e 5 (10,87%) discordaram totalmente de que os contabilistas do Brasil teriam condições de trabalhar no

processo de adoção das IFRS. Apesar de a maior parte da amostra discordar parcial ou totalmente, 4 professores (8,7%) ficaram neutros, 12 (26,09%) concordaram parcialmente, e 3 (6,52%) concordaram totalmente que a qualidade do trabalho contábil, no processo de adoção das normas internacionais, não deveria ser uma preocupação, uma vez que os contabilistas estão aptos e preparados para tal procedimento.

Tabela 7: Aptidão dos contabilistas do Brasil para trabalhar no processo de adoção das IFRS

Docência em Contabilidade Internacional		Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Neutro	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Total
Sim	Frequência	1	6	1	3	3	14
	Frequência esperada	2	7	1	4	1	14
	<b>Percentual do Total</b>	<b>2,17</b>	<b>13,04</b>	<b>2,17</b>	<b>6,52</b>	<b>6,52</b>	<b>30,43</b>
Não	Frequência	4	16	3	9	0	32
	Frequência esperada	3	15	3	8	2	32
	<b>Percentual do Total</b>	<b>8,70</b>	<b>34,78</b>	<b>6,52</b>	<b>19,57</b>	<b>0,00</b>	<b>69,57</b>
Total	Frequência	5	22	4	12	3	46
	Frequência esperada	5	22	4	12	3	46
	<b>Percentual do Total</b>	<b>10,87</b>	<b>47,83</b>	<b>8,70</b>	<b>26,09</b>	<b>6,52</b>	<b>100,00</b>
Qui-quadrado				7,4413			
Nível de significância				0,1142			

Ainda com relação às respostas dos docentes no que concerne à aptidão dos contabilistas, ressalta-se que as percepções dos dois grupos respondentes novamente não diferiram estatisticamente, pois apresentaram *p-value* do teste  $\chi^2$  igual a 0,1142.

A sexta questão referiu-se à concordância/discordância com a abrangência das normas internacionais em todos os setores e transações do Brasil, observa-se, na Tabela 8, que 17 docentes (36,96%) concordaram parcialmente e 15 (32,61%) discordaram parcialmente, o que indica quase um equilíbrio entre a concordância e a discordância.

Tabela 8: Abrangência das IFRS em todos os setores e transações do Brasil

Docência em Contabilidade Internacional		Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Neutro	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Total
Sim	Frequência	0	4	2	6	2	14
	Frequência esperada	1	5	2	5	1	14
	<b>Percentual do Total</b>	<b>0,00</b>	<b>8,70</b>	<b>4,35</b>	<b>13,04</b>	<b>4,35</b>	<b>30,43</b>
Não	Frequência	4	11	5	11	1	32
	Frequência esperada	3	10	5	12	2	32
	<b>Percentual do Total</b>	<b>8,70</b>	<b>23,91</b>	<b>10,87</b>	<b>23,91</b>	<b>2,17</b>	<b>69,57</b>
Total	Frequência	4	15	7	17	3	46
	Frequência esperada	4	15	7	17	3	46
	<b>Percentual do Total</b>	<b>8,70</b>	<b>32,61</b>	<b>15,22</b>	<b>36,96</b>	<b>6,52</b>	<b>100,00</b>
Qui-quadrado				3,9118			
Nível de significância				0,4180			

Com base também na Tabela 8, verificou-se que 7 docentes (15,22%) foram neutros quanto a afirmativa, 4 (8,7%) discordaram totalmente e 3 (6,52%) concordaram totalmente. Por meio de uma análise geral, constatou-se que 19 docentes discordaram parcial ou totalmente e que 20 concordaram parcial ou totalmente, fato que corrobora a observação relacionada ao equilíbrio entre os graus de concordância. Não obstante, as respostas encontradas, tanto no grupo de professores que atuam nesta área quanto no grupo de professores que não atuam, não diferiram estatisticamente (*p-value* do teste  $\chi^2$  igual a 0,4180).

A última questão, com a solicitação do grau de concordância/discordância, referia-se à utilização dos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil (BRGAAP). Em uma análise comparativa com algumas afirmações anteriores, constatou-se que 42 docentes concordaram parcial ou totalmente que a adoção das IFRS seria um objetivo benéfico para o país, 31 (67,39%) acreditavam que a adoção seria um objetivo possível de ser realizado no Brasil, 26 (56,52%) docentes confiavam que a adoção das IFRS traria benefícios, para as empresas brasileiras, superiores aos custos com o processo de adoção, contudo 19 (41,30%) acreditavam que os BRGAAP fossem mais fidedignos à realidade brasileira do que as IFRS. Diante disso, pôde-se observar que uma parte significativa dos respondentes concordava que o processo de adoção das normas no Brasil seria um objetivo possível e benéfico para a contabilidade brasileira, e que seria vantajoso no que concerne a análise custo-benefício, contudo apontaram que os BRGAAP deveriam continuar sendo utilizados no Brasil.

Tabela 9: Continuidade da utilização dos BRGAAP no Brasil.

<b>Afirmativa: Os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil (BRGAAP) devem continuar sendo utilizados, pois são mais fidedignos à realidade brasileira do que as IFRS.</b>							
<b>Docência em Contabilidade Internacional</b>		<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo parcialmente</b>	<b>Neutro</b>	<b>Concordo parcialmente</b>	<b>Concordo totalmente</b>	<b>Total</b>
Sim	Frequência	2	4	0	8	0	14
	Frequência esperada	1	5	2	6	1	14
	<b>Percentual do Total</b>	<b>4,35</b>	<b>8,70</b>	<b>0,00</b>	<b>17,39</b>	<b>0,00</b>	<b>30,43</b>
Não	Frequência	2	11	6	11	2	32
	Frequência esperada	3	10	4	13	1	32
	<b>Percentual do Total</b>	<b>4,35</b>	<b>23,91</b>	<b>13,04</b>	<b>23,91</b>	<b>4,35</b>	<b>69,57</b>
Total	Frequência	4	15	6	19	2	46
	Frequência esperada	4	15	6	19	2	46
	<b>Percentual do Total</b>	<b>8,70</b>	<b>32,61</b>	<b>13,04</b>	<b>41,30</b>	<b>4,35</b>	<b>100,00</b>
Qui-quadrado		5,5460					
Nível de significância		0,2360					

Ainda quanto aos BRGAAP, observa-se que 4 docentes (8,7%) discordaram totalmente de que os BRGAAP deveriam continuar sendo utilizados, 15 (32,61%) discordaram parcialmente, 2 (4,35%) concordaram totalmente e 6 respondentes (13,04%) ficaram neutros quanto a esta resposta. Por meio da análise do *p-value* do teste  $\chi^2$ , constatou-se que as respostas dos dois grupos, nessa afirmativa e em todas as demais, não são estatisticamente diferentes.

### 4.3 Adoção das normas e a responsabilidade de capacitação dos contabilistas do Brasil

Este estudo trabalhou com alguns benefícios da adoção das IFRS: o aumento da comparabilidade do desempenho financeiro das empresas do Brasil com as empresas de diferentes países; o aumento da relevância, confiabilidade e transparência das informações financeiras das empresas brasileiras; a redução dos custos com a conversão das normas contábeis locais às IFRS; e a redução da possibilidade de atos ilegais, como as fraudes, em função da adoção de um conjunto universal de normas. Sendo assim, os respondentes enumeraram estes itens de 1 a 4, sendo que 1 era considerado o benefício menos importante e 4 o mais importante.

Tabela 10: Benefícios da adoção das IFRS.

<b>Benefícios</b>	<b>Primeiro lugar</b>	<b>Segundo lugar</b>	<b>Terceiro lugar</b>	<b>Quarto lugar</b>
Comparabilidade	41,30%	6,52%	10,87%	10,87%
Redução das fraudes	4,35%	6,52%	19,56%	39,13%
Redução dos custos com a conversão	6,53%	19,57%	28,27%	15,22%
Relevância, confiabilidade e transparência	17,39%	36,96%	10,87%	4,35%
Não optaram	30,43%	30,43%	30,43%	30,43%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Na Tabela 10, observa-se que 41,30% dos respondentes acreditavam que o aumento da comparabilidade seria o principal benefício da adoção das IFRS, 17,39% que as demonstrações seriam mais relevantes, confiáveis e transparentes, 6,53% que haveria a redução de custos com conversão, e 4,35% que haveria a redução da possibilidade de fraudes.

O benefício apontado como o segundo em nível de importância seria o aumento da relevância, confiabilidade e transparência (36,96%). O terceiro benefício seria a redução de custos com conversão (28,27%) e o benefício menos importante, na visão dos respondentes, seria a redução da possibilidade de fraudes (39,13%). Os docentes que apontaram mais de um benefício como sendo o primeiro ou segundo em nível de importância, por exemplo, foram desconsiderados nesta análise e classificados como respondentes que não optaram.

No que concerne à responsabilidade pela formação dos contabilistas que atuarão nas empresas do Brasil no processo de adoção das IFRS, os respondentes enumeraram os itens: as empresas de auditoria; as empresas que realizariam o processo de adoção das IFRS; as universidades; o governo; e os próprios contabilistas, em uma ordem em que 5 correspondia ao maior responsável por tal formação e 1 o menor responsável.

Tabela 11: Principais responsáveis pela capacitação dos contabilistas.

<b>Responsáveis</b>	<b>Primeiro lugar</b>	<b>Segundo lugar</b>	<b>Terceiro lugar</b>	<b>Quarto lugar</b>	<b>Quinto lugar</b>
Os próprios Contabilistas	15,22%	17,39%	6,53%	15,22%	2,18%
As empresas que adotarão as IFRS	8,69%	15,22%	13,04%	15,22%	4,35%
O governo	4,35%	2,18%	10,87%	2,18%	36,95%
As universidades	26,09%	13,04%	6,52%	4,34%	6,52%
Empresas de auditorias	2,17%	8,69%	19,56%	19,56%	6,52%
Não responderam	43,48%	43,48%	43,48%	43,48%	43,48%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Conforme a Tabela 11, percebeu-se que 26,09% dos respondentes apontaram que o principal responsável pela capacitação dos profissionais seria a universidade, 15,22% acreditavam que o próprio contabilista seria o principal responsável pela sua formação e apenas 2,17% apontaram a empresa de auditoria como tendo a maior responsabilidade de capacitação dos profissionais. Os respondentes indicaram os próprios contabilistas (17,39%) como o segundo responsável e o governo (36,95%) como o que tem a menor responsabilidade pela capacitação dos contabilistas. Os docentes que afirmaram que existe mais de um responsável em primeiro ou segundo lugar, por exemplo, foram desconsiderados desta análise e classificados como respondentes que não optaram.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo relacionar a percepção dos docentes que trabalharam com disciplinas relacionadas à Contabilidade Internacional nos últimos cinco anos com a

percepção dos docentes que não trabalharam com tais disciplinas, no que diz respeito à convergência do Brasil às IFRS, por meio do envio de questionários a 176 docentes de universidades federais brasileiras, com 46 respostas obtidas.

Os resultados evidenciaram que 42 (91,31%) concordam, parcial ou totalmente, que a adoção das IFRS pode ser benéfica para a contabilidade brasileira e que é um objetivo possível de ser alcançado no Brasil; 35 professores (76,09%) concordam, parcial ou totalmente, que existem obstáculos para a adoção das IFRS no país; e que 32 docentes (69,56%) concordam que os benefícios poderiam superar os custos com o processo de adoção das IFRS.

Não obstante, constatou-se que 27 professores (58,70%) discordam, parcial ou totalmente, que os contabilistas do Brasil terão condições de trabalhar no processo de adoção das IFRS e que 20 docentes concordam, parcial ou totalmente, que a adoção das IFRS abrangerá todos os setores e transações do Brasil. Quanto a utilização dos BRGAAP, 19 (41,30%) concordam parcialmente e 2 (4,35%) concordam totalmente que tais normas são mais fidedignas à realidade brasileira e que devem continuar sendo utilizados.

Observou-se também que 41,30% dos respondentes apontam que o aumento da comparabilidade é o principal benefício da adoção das IFRS, 36,96% assinalaram que o segundo benefício em nível de importância é o aumento da relevância, confiabilidade e transparência, 28,27% apontaram que o terceiro é a redução de custos com conversão e 39,13% afirmaram que o benefício menos importante da adoção das IFRS é a redução da possibilidade de fraudes.

Além disso, 26,09% dos respondentes indicam que o principal responsável pela capacitação dos profissionais é a universidade, 15,22% acreditam que o próprio contabilista é o principal responsável pela sua formação e apenas 2,17% apontam as empresas de auditoria como tendo a maior responsabilidade pela capacitação dos profissionais. Os respondentes mencionam também que os próprios contabilistas (17,39%) são o segundo maior responsável e que o governo (36,95%) tem a menor responsabilidade pela capacitação dos contabilistas.

No que concerne à análise da influência da atuação com distintas disciplinas ministradas pelos professores, pelas respostas destes, constatou-se que os docentes que trabalharam com disciplinas relacionadas à Contabilidade Internacional, nos últimos cinco anos, não possuem respostas estatisticamente diferentes das apresentadas pelos professores que não trabalharam com assuntos pertinentes ao processo de convergência e que, portanto, poderiam ter uma opinião destoante daqueles que tinham contato próximo com o assunto.

Este trabalho limitou-se pelo tamanho da amostra obtida pela disponibilidade de contatos nos sítios das universidades federais brasileiras. Destarte, com o objetivo de confrontar as percepções, não foi solicitado aos respondentes o nome e/ou conteúdo das disciplinas ministradas por eles, ficando sob a responsabilidade dos docentes a decisão sobre se as disciplinas que ministravam eram ou não relacionadas à Contabilidade Internacional.

Salienta-se que novos estudos são necessários no sentido de ampliar a amostra e identificar percepções mais completas, por exemplo, quanto à necessidade de manter os BRGAAP paralelos à adoção das IFRS no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. **Como Preparar Trabalhos para Cursos de Pós- Graduação: noções práticas**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BAKER, C. R.; BARBU, E. M. Trends in research on international accounting harmonization. *The International Journal of Accounting*, v. 42, n. 3, p. 272-304. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Comunicado nº 14.259, de 10 de março de 2006**. Comunica procedimentos para a convergência das normas de contabilidade e auditoria aplicáveis às instituições financeiras e às demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com as normas internacionais promulgadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pela *International Federation of Accountants* (IFAC).

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução nº 1.055, de 24 de Outubro de 2005. Disponível em: [http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2005/001055](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055). Acesso em 15 jun. 2010.

CPC. Comitê dos Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/oque.htm>. Acesso em 15 jun. 2010.

CVM. Comissão de Valores Mobiliários. Instrução CVM nº 457, de 13 de Julho de 2007. Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos/inst/inst457.doc>. Acesso em 15 jun. 2010.

FERNANDES, B. V. R.; LIMA, D. H. S.; VIEIRA, E. T; NIYAMA, J. K. Investigação empírica da percepção dos docentes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis sobre a função e atuação do comitê de pronunciamentos contábeis. In: 10º CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2010, São Paulo. Anais... São Paulo, 2010.

HAVERTY, J. L. Are IFRS and U.S. GAAP converging? Some evidence from People's Republic of China companies listed on the New York Stock Exchange. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**. v. 15, p. 48-71, 2006.

IASB. *International Accounting Standards Board*. Disponível em: <http://www.ifrs.org/The+organisation/IASCF+and+IASB.htm>. Acesso em 08 de set. 2010.

JOSHI, P.L; BREMSER, W.G; AL-AJMI, J. Perceptions of accounting professionals in the adoption and implementation of a single set of global accounting standards: Evidence from Bahrain. **Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting**. v. 24, p. 41-48, 2008.

LARSON, R. K.; STREET, D. L.. The Roadmap to Global Accounting Convergence. **The CPA Journal**, v. 76, n. 10, p. 36-43, 2006.

LEMES. S; CARVALHO, L.N. **Contabilidade Internacional para Graduação: texto, estudos de casos e questões de múltipla escolha.** São Paulo: Atlas, 2010.

LEMES. S; CARVALHO, L.N. Efeito da convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais do IASB. In: 4º CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2004, São Paulo. Anais... São Paulo, 2004.

MAROCO, J. **Análise Estatística com Utilização do SPSS.** 2. Ed. Lisboa: Sílabo, 2003.

MUELLER, G. G.; GERON, H., MEEK, G. **Accounting: an international perspective.** 4. Ed. USA: Irwin, 1997.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional.** São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, A. M. S; FARIA, A. O; OLIVEIRA, L. M; ALVES, P. S. L. G. **Contabilidade internacional: gestão de riscos, governança corporativa e contabilização de derivativos.** São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses.** 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. W. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais.** 2º. Ed. revista. São Paulo: Herder, 1967.

SUSEP. Superintendência de Seguros Privados. Circular SUSEP nº 357, de 26 de Dezembro de 2007. Dispõe sobre o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/principal.asp>. Acesso em 15 de jun. 2010.

WEFFORT, E. F. J. **O Brasil e a Harmonização Contábil Internacional.** São Paulo: Atlas, 2005.

WEFFORT, E. F. J; VANZO, G.F.S; OLIVEIRA, A. B. S. Conhecimento e Habilidades para atuar no Ambiente Internacional de Negócios: A Relevância do Ensino de Contabilidade Internacional na Percepção de Alunos do Curso de Graduação em Ciências Contábeis. **Revista Brasileira de Gestão e Negócios – FECAP.** v. 7, n.18, 2005.

## APÊNDICE A

### Questionário

**1. Preencha os dados abaixo:**

Cidade:                      Estado (sigla):                      Tempo que atua na docência (anos):                      Sexo:

**2. Qual a sua maior titulação?**

Graduação.       Especialização.       Mestrado.       Doutorado.

**3. Você lecionou disciplinas relacionadas à Contabilidade Internacional nos últimos cinco anos?**

Sim.                       Não.

**Identifique o seu grau de concordância/discordância (Discordo totalmente a Concordo totalmente) em relação às afirmações da questão 4 até a questão 10.**

4. A adoção das IFRS é um objetivo benéfico para a Contabilidade do Brasil.

5. A adoção de todas as IFRS é um objetivo possível de ser realizado no Brasil.

6. Existem grandes obstáculos culturais, econômicos, políticos ou sociais para a adoção das IFRS no Brasil.

7. A adoção das IFRS resultaria em benefícios para as empresas brasileiras que poderiam superar os seus custos referentes à capacitação de funcionários e/ou a contratação de profissionais para o processo de adoção das IFRS.

8. Os contabilistas do Brasil estão aptos para trabalhar no processo de adoção das IFRS.

9. As IFRS são suficientemente abrangentes para abordar todos os problemas da contabilidade que são encontrados em todos os setores e em todas as transações do Brasil.

10. Os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil (BR GAAP) devem continuar sendo utilizados, pois são mais fidedignos à realidade brasileira do que as IFRS.

**11. Enumere os benefícios da adoção das IFRS no Brasil de acordo com o grau de relevância. (Considere como “1” o mais relevante e como “4” o menos relevante).**

Aumento da comparabilidade do desempenho financeiro das empresas do Brasil com as empresas de diferentes países.

Aumento da relevância, confiabilidade e transparência das informações financeiras das empresas brasileiras.

Redução dos custos com a conversão das normas contábeis.

Redução da possibilidade de atos ilegais, como as fraudes, em função da adoção de um conjunto universal de normas.

**12. Quais serão os responsáveis pela formação dos contabilistas que atuarão nas empresas do Brasil no processo de adoção das IFRS? Enumere de 1 a 5 considerando “1” o maior responsável e “5” o menor responsável.**

As empresas de auditoria.       As empresas que realizarão o processo de adoção das IFRS.       As universidades.       O governo.       Os próprios contabilistas.